



Faltas e descaso de médicos revoltam usuários do SUS

Milton Alves Júnior

mitonavesjunior@jornalodia.com.br

Vivendo um período de declínio no âmbito da saúde pública, pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) se mostram cada vez mais insatisfeitos com a constante falta de investimento nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e unidades hospitalares em Sergipe. Paralelo à precariedade no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), aos equipamentos danificados e à falta de medicamentos, macas e utensílios básicos para pronto atendimento, a constante ausência de médicos nos plantões tem revoltado a população, que clama por punições.

Na segunda-feira passada, por exemplo, dos cinco profissionais escalados para trabalhar na Unidade de Pronto Atendimento Nestor Piva (UPA), no 18 do Forte (zona norte de Aracaju), quatro apresentaram atestado e um chegou ao trabalho só depois das 9h. Ao longo da semana, o mesmo problema voltou a se repetir em vários bairros da Grande Aracaju, prejudicando dezenas de pacientes que marcaram exames e atendimentos há mais de dois meses.

Devido à falta dos profissionais da saúde, os moradores do bairro Santa Maria (zona sul) se mobilizaram e protestaram em frente ao Centro de Saúde Elizabeth Pita, para exigir da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA)

e do Governo do Estado uma atuação mais rigorosa contra essa prática comum no SUS. Durante o movimento, os populares aproveitaram a oportunidade para exigir uma maior atuação investigativa e punitiva do Conselho Regional de Medicina de Sergipe (Cremese).

Morador do bairro 17 de Março (zona de expansão), o vigilante noturno Adelvan Talles garantiu que a displicência dos médicos ocorre com frequência e há mais de dois anos em várias comunidades da região. "É preciso que alguém tome uma providência rápida, porque a gente aqui sofre com esses médicos. Eles são seres humanos e também ficam doentes, mas tem uns aqui que toda semana pelo menos duas vezes apresentam atestados. O governo tem culpa em algumas coisas, mas essa irresponsabilidade dos médicos, não", disse.

No final da tarde de sexta-feira, os moradores do Mosqueiro (zona de expansão) também reclamaram da falta de atendimento dos médicos e ausência de informação dos demais funcionários. Segundo o morador Carlos Valfran dos Santos, tais profissionais vêm faltando de forma mais constante desde o início do ano. Para ele, o descompromisso com a profissão é o maior problema. "Se estão insatisfeitos com o salário que pagam e as condições de trabalho, então não aceitem fechar o contrato. Não entendo como uma

pessoa que jurou amor à profissão fica aí faltando direto e deixando as pessoas na mão, sofrendo de posto em posto. Isso só vai mudar quando outros estrangeiros vierem pro Brasil", declarou.

Sem vínculos - Ciente da veracidade desta denúncia, o Ministério Público Estadual (MPE) disse já ter instaurado ações civis a fim de inviabilizar essa prática. A promotora especial dos Direitos à Saúde, Euza Gentil Missano, disse ao JORNAL DO DIA que o sofrimento enfrentado por quem procura as unidades de saúde, em especial o Nestor Piva e Fernando Franco, trata-se de um problema crônico no fechamento das escalas, registrado em Aracaju desde o final do ano de 2011.

Segundo ela, uma Ação Civil Pública (ACP) foi ajuizada com o propósito de cobrar da PMA uma contratação em caráter de urgência e a deflagração automática de um concurso público. A ação em questão já foi julgada e existe uma determinação para que o município inicie o processo. Enquanto isso, os médicos disponíveis trabalham na rede municipal sem ter qualquer vínculo formal com a PMA. "Uma informação negativa que nós recebemos é que 70% dos médicos recebem os salários através de recibos, ou seja, eles não possuem qualquer vínculo com o Município de Aracaju. Isso é muito grave porque paga-

mento através de RPA é a forma mais precária de contratação de qualquer profissional", disse a promotora.

Questionada sobre a possibilidade de punições por parte do MPE junto aos médicos que apresentam constantemente estes atestados e deixam de atender aos usuários, Missano lamentou a constante ocorrência dos fatos, que inclusive são denunciados junto ao MPE. Segundo ela, é preciso mudança, pois os profissionais só possuem vínculos éticos, e não contratuais. "O problema é que o planejamento da capital foi para implantar a Organização Social, que é uma entidade privada, venha a gerir as unidades, mas como não se conseguiu isso porque a justiça impediu, a situação ficou exatamente como estava. Já entramos com uma nova ação para que o concurso público saia e que nenhum médico seja contratado através de OS", disse.

Já sobre uma possível 'bola de neve' de problemas nos atendimentos, a promotora avalia que a desassistência em algumas unidades territoriais de saúde acaba contribuindo para que os hospitais públicos, a exem-

plo do Cirurgia e do Huse (Hospital de Urgência de Sergipe), registrem superlotações. "Sem uma escala de médicos completa é lógico que esses pacientes clínicos, pacientes não crônicos que poderiam ser atendidos no próprio município eles acabam vindo para a ala azul e a ala verde do Huse, superlotando assim aquela unidade hospitalar que já está tão superlotadas e tão repleta de problemas", pontuou.

Interior - Há alguns quilômetros de distância da capital, em Nossa Senhora do Socorro (Grande Aracaju), o problema, segundo alguns moradores, se repete semanalmente. Sem atendimento, o principal destino dos pacientes é o Huse. Já em Estância (Sul) foi registrado um caso que repercutiu muito na região durante a semana. Uma criança de três meses estava em casa quando caiu da cama e foi encaminhada ao Hospital Regional Jessé Fontes. Ali, os pais da acidentada foram avisados que na unidade não tinha nem ortopedista, nem cirurgião. Mesmo assim a criança foi submetida a ficar

em observação das 11h às 18h, quando foi liberada.

Na manhã de quinta-feira, a criança amanheceu com a clavícula inchada e foi levada às pressas para o Hospital Regional Monsenhor Daltro, em Lagarto (Centro-Sul), mas o médico só chegaria à unidade no turno da noite. Sem condições financeiras para levar a criança para uma unidade particular, os pais esperaram a chegada do médico que, enfim, avaliou o estado clínico da criança, mas não fez o exame de raio-X. O profissional admitiu que de fato havia uma lesão, mas liberou a paciente, alegando que a fratura iria melhorar dia após dia. Na saída do hospital, a criança chorava, reclamando de fortes dores.

Silêncio - Durante a produção desta reportagem, o Cremese foi procurado para se pronunciar quanto as possíveis investigações e processos de cassação de registros profissionais dos médicos que estejam atuando fora da legalidade ética. Quanto ao caso, nos foi informado que o conselho vai esperar o resultado de todas as ações ajuizadas pelo MPE e só em seguida irá se pronunciar oficialmente.